



JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 13/2020

RATIFICO os termos da Justificativa da Comissão de Licitação, por estar à mesma, em conformidade com o art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Neópolis/SE, em 19 de fevereiro de 2020.


CELIO LEMOS BEZERRA
Prefeito Municipal

O MUNICÍPIO DE NEÓPOLIS, ESTADO DE SERGIPE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, vem justificar a inexigibilidade de licitação objetivando a contratação de empresa especializada na realização de shows artísticos na apresentação da BANDA DUDU MORAL, com uma hora e meia de shows no decorrer do CARNAVAL 2020 do município de NEÓPOLIS/SE, sendo esta empresa **EDUARDO DA SILVA LOPES**, inscrita no CPF sob o nº 010.075.225-00, com endereço na Rua Lourival Emilio Prata, nº 63, Aeroporto, Aracaju/SE, do qual intermediará o show da referida banda, cuja apresentação ocorrerá durante a comemoração do CARNAVAL 2020 do município de NEÓPOLIS/SE, no dia 21/02/2020, com duração mínima de duas horas e de show.

CONSIDERANDO, que a justificativa de inexigibilidade nessa hipótese é pela a inviabilidade de competição, pois não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, supedâneo fático para a realização do procedimento licitatório, além desse requisito, justifica-se também a consagração dos artistas pelo público local e regional, bem como ao fato dos preços propostos para apresentação dos artistas estarem compatíveis com os praticados no mercado.

O art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 assim dispõe:

*Art. 25. É inexigível a licitação quando houver **inviabilidade de competição**, em especial:*

*III – para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, **diretamente** ou através de **empresário exclusivo**, desde que consagrado pela **crítica especializada** ou pela **opinião pública**.*

CONSIDERANDO, que mesmo sendo inviável a competição, o administrador público não está inteiramente livre para a contratação, é preciso a



observância de determinados requisitos legais, do qual deverá ser fundamentado e comprovado em um processo de inexigibilidade.

Assim, pela redação do art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, para a contratação de profissional do setor artístico é preciso à formalização do respectivo processo para a aferição e comprovação das exigências, quais sejam:

- 1) Contrato deve ser firmado pelo próprio contratado ou por meio de **empresário exclusivo**;
- 2) **Consagração do artista** pela crítica especializada ou pela opinião pública deve estar devidamente demonstrada nos autos da inexigibilidade;
- 3) **Razão da escolha do profissional** do setor artístico;
- 4) **Justificativa do preço**.

Em observância a esses requisitos impostos por lei, a administração não se esquivou dessa obrigação, tendo em vista que todos os requisitos foram cumpridos, sendo demonstrados nos autos do processo e nessa justificativa de inexigibilidade com todos os fundamentos legais trazidos pela doutrina e jurisprudência, vejamos:

1. Da Exclusividade

O Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 351/2015 – 2º Câmara, determinou que é necessária: *“a apresentação do contrato de exclusividade entre os artistas e o empresário contratado para caracterizar a hipótese de inexigibilidade de licitação (...) de modo que simples autorizações ou cartas de exclusividade não se prestam a comprovar a inviabilidade da competição, pois não retratam uma representação privativa para qualquer evento em que o profissional for convocado”*

Portanto, em cumprimento as determinações da jurisprudência, assim como ao art. 25, inciso III, da Lei n. 8.666/93, do qual se refere expressamente à contratação de profissional de setor artístico diretamente com o próprio artista ou por meio de seu empresário exclusivo que é aquele que gerencia o artista ou banda de forma permanente, a **EDUARDO DA SILVA LOPES**, comprovou deter a exclusividade para comercializar o show da banda preterida pela população do município de NEÓPOLIS e região, apresentando a esta Comissão de Licitação, conforme consta, o CONTRATO, devidamente registrado em cartório do qual comprova que a empresa é o empresário exclusivo das bandas que se apresentaram no evento, sendo reputado assim, como “Empresário Exclusivo Contratado”.

A documentação apresentada pela empresa demonstra claramente que a mesma é a empresária exclusiva dos artistas, tendo em vista que os mesmos assim a declararam, sendo essa exclusividade permanente, e não temporária, ou seja, não estando limitada apenas aos dias do evento e para um determinado município, sendo, portanto, inviável a competição por meio de um processo licitatório, porquanto que somente com esta empresa poderá ocorrer a contratação, pois nenhuma outra



empresa do ramo de produção e comercialização de shows artísticos **detém a** exclusividade desses artistas.

2. Da razão da escolha dos artistas

Conforme relato do Secretário (a) de Cultura do município Neópolis, nos autos do processo administrativo do qual decorrerá essa inexigibilidade, a razão da escolha da **BANDA DUDU MORAL**, se deu pela necessidade da realização do tradicional festejo carnavalesco do município de NEÓPOLIS/SE.

3. Da consagração do artista

Apurando os fatos trazidos pela Secretaria de Cultura do município em relação a escolha do artista, observamos que a **BANDA DUDU MORAL**, é muito conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, estando devidamente comprovada a consagração dessas bandas pelo público local e regional, mediante a juntada de noticiários de jornais demonstrando contratações pretéritas desse artista, CD gravado, folders e cartazes que anunciam a apresentação da banda em eventos festivos da mesma natureza do evento a ser realizado pelo município de NEÓPOLIS, estando os mesmos anexados nos autos desse processo de inexigibilidade.

Os ilustres juristas **BENEDICTO DE TOLOSA FILHO** e **LUCIANO MASSAO SAITO**, em sua obra denominada "**Manual de Licitações e Contratos Administrativos**", ensina que:

"A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde que o escolhido, independentemente de estilo que, diga-se de passagem, é muito subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados e pelo gosto popular.

O artista tem que ser conhecido, mas não precisa, necessariamente ser excepcional.

Com a grande extensão territorial e o regionalismo de cultura existente no Brasil, com o afloramento regionalizado de tradições e de folclore, o conceito de consagração popular deve ser tomado de forma particularizada, isto é, um artista muito popular no norte pode não ser conhecido no sul, sendo, assim, na sua região a licitação é inexigível".

4. Da justificativa do preço

A necessidade de justificativa de preços (estimativa) está prevista nos artigos 7º, §2º, inciso II, e 40, §2º, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/93, e pelo princípio da razoabilidade a administração utilizou para este evento o critério semestral para a estimativa dos preços, visando fundamentar o valor da contratação com base na média dos valores dos contratos celebrados pelo profissional do setor artístico nos últimos 06 (seis) meses com municípios do Estado de Sergipe e Alagoas, conforme notas contratos/notas/empenho de prestação de serviços em anexo.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS



Sobre a justificativa do preço o TCU por meio do Acórdão n.º 822/2005 (Plenário), afirmou que:

*Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, **shows**, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contratava para evento de mesmo porte, ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao inc. III do parágrafo único do art. 26 da Lei n.º 8.666/1993.*

Assim sendo, demonstramos através da planilha abaixo que a média dos preços, praticados pela empresa está estimada em R\$ **8.166,67** (Oito Mil Cento e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos). Toda via os valores propostos pelo artista estão compatíveis com os preços praticados no mercado de shows artísticos para eventos similares aos que serão contratados pelo Município de NEÓPOLIS neste processo de inexigibilidade.

Preços praticados:

MÉDIA DOS VALORES DOS CONTRATOS DA BANDA:DUDU MORAL					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR EM R\$	
				VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EXCLUSIVA PARA APRESENTAÇÃO DA ATRAÇÃO ARTÍSTICA DUDU MORAL, REALIZADO NO DIA 26 DE JANEIRO DE 2019, EM COMEMORAÇÃO A TRADICIONAL FESTA DE SANTOS REIS NO MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS/SE NOTA Nº 1900000000031	SHOW	1	18.000,00	18.000,00
02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A BANDA DUDU MORAL, NO EVENTO "15 ARRAIÁ DO ITAMAR" NO DIA 13 DE JULHO DE 2019, NA CIDADE ADUSTINA NOTA DE SUB EMPENHO Nº 410/2019	SHOW	1	6.500,00	6.500,00
PREÇO MEDIO DO SHOW R\$				8.166,67	

Isto porque, à primeira vista, observamos pela documentação acostada no processo a consagração e conhecimento da banda no mercado artístico e musical, portanto, verificou-se através da média dos preços que tal artista possui valores costumeiramente semelhantes nos municípios pesquisados, não sendo possível a contratação dessa banda, para essa mesma finalidade ou natureza, por preço inferior a **R\$ 7.680,00** (Sete Mil Seiscentos e Oitenta Reais). Conforme a média apurada.

Com base nessa pesquisa de preços, detectamos que o valor proposto por **EDUARDO DA SILVA LOPES**, de R\$ **7.680,00** (Sete Mil Seiscentos e Oitenta Reais) para apresentação de Banda, no dia e período de realização do evento no Município de Neópolis é razoável não só por que atende as condições financeiras da administração como também pela propriedade do show que são apresentados pela banda e, pelo grau de especialização decorrente da reputação profissional, experiência e



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS



conhecimentos compatíveis com a dimensão e complexidade dos serviços objeto da contratação direta da empresa que intermédia a comercialização e produção dos shows.

Com base na argumentação desenvolvida, entendemos plenamente possível a contratação de personalidades do setor artístico, por inexigibilidade de licitação, amparada no art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, desde que preenchidos os requisitos legais e constitucionais, e respeitada a necessidade de formalização do respectivo processo para a aferição e comprovação das exigências

Neópolis/SE, 19 de fevereiro de 2020.

PEDRO IVO DE LEMOS FARIAS DA SILVA
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO